



Jefferson Rudy/Agência Senado



Renan Calheiros (C) conduz a sessão de votação entre o ministro Luiz Fux; o secretário da Mesa, Luiz Fernando Bandeira; o relator do projeto, Vital do Rêgo; e os senadores José Sarney e Eunício Oliveira

Texto-base do novo Código de Processo Civil passa em Plenário

Projeto aprovado dá agilidade à Justiça, acabando com parte dos recursos e adotando fase prévia de conciliação. Hoje serão votados 16 destaques

Senadores aprovaram ontem o texto-base de reforma do Código de Processo Civil, em substituição ao que está em vigor há mais de 40 anos. Após a votação de 16 destaques hoje, o projeto segue para sanção. Foram cinco anos de tramitação na Câmara e no Senado.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas criada em 2009 para elaborar o anteprojeto, disse que o processo civil atual é “preche de formalidade” e precisa ser simplificado. Renan Calheiros, presidente do Senado, agradeceu o trabalho da comissão. 3

Apresentadas emendas ao Orçamento

As 11 comissões do Senado apresentaram aos relatores setoriais mais de

R\$ 11 bilhões em emendas à proposta do Orçamento de 2015. 6 e 7

Nova Lei das Cooperativas vai para a Câmara 9

Portadores de doenças raras se queixam do SUS 8

Avança medida que adia a Lei das ONGs 10

Agricultura pode reduzir emissões, afirma relatório 9

Debate aborda drama de órfãos do ebola na África

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, especialistas disseram que epidemia matou um

ou ambos os pais de pelo menos 5 mil crianças africanas e que muitas delas estão abandonadas. 8



Paim (2º à dir.) conduz audiência com presença de debatedores estrangeiros

Congresso deve votar hoje LDO de 2015

As votações da Câmara se estenderam até a madrugada de hoje e impediram a análise da LDO.

Antes da apreciação, porém, o Congresso precisará destrancar a pauta de votações. 11

Marcos Oliveira/Agência Senado



Tombini (C) deixa audiência ontem, após debate sobre a situação econômica

Inflação só atingirá meta daqui a 2 anos, diz Tombini

O presidente do Banco Central afirmou à Comissão de Assuntos Econômicos que o pico da inflação

deverá ocorrer no primeiro semestre de 2015. Entre as causas, citou a desvalorização do real. 5



Descarte consciente de lixo eletrônico

Fique ligado nessa ideia

Equipamentos eletrônicos como **teclados, mouses, impressoras, cabos, monitores, televisores e outros eletrodomésticos obsoletos** devem ser descartados em locais específicos. Até **amanhã** você pode depositar seu lixo eletrônico na **caixa coletora localizada na Segraf**, perto da agência da Caixa Econômica Federal.



Secom — Publicidade e Marketing



À lado de parlamentares, Viana (centro, à dir.) recebeu o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina

Ministro defende PEC que favorece ciência e tecnologia

Alterações feitas por proposta de emenda à Constituição podem auxiliar nos investimentos em pesquisas científicas, inovação tecnológica e desenvolvimento de áreas como saúde e educação

O PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE DO Senado, Jorge Viana (PT-AC), recebeu em reunião ontem o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina, para tratar da análise da PEC 12/2014, que atualiza na Constituição a legislação do setor. O texto deve estimular a criação de soluções tecnológicas, ampliar possibilidades de financiamento público para pesquisa e inovação e estimular parcerias entre agentes públicos e privados.

— A aprovação do texto é fundamental para a criação de um novo marco legal para o setor. Educação, ciência e tecnologia são as bases para a inovação e são estruturantes para o desenvolvimento do nosso país — disse o ministro.

Entre as alterações propostas pela PEC, estão a possibilidade de o Sistema Único de Saúde (SUS) incrementar a inovação em sua área, a permissão para que as atividades de estímulo de pesquisa e fomento à inovação possam ser realizadas por instituições de educação profissional e tecnológica e a possibilidade de União, estados e Distrito Federal legislarem concorrentemente sobre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

— A aprovação da proposta é fundamental para os estados e municípios. O texto orienta como devem ser aplicados os recursos em projetos voltados para ciência e tecnologia — afirmou Saumíneo da Silva Nascimento, presidente do

Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, também presente à reunião.

A PEC 12/2014 já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e agora segue para o Plenário.

— Votar a PEC ainda neste ano é muito importante para dar continuidade ao desenvolvimento dessas áreas — disse o ministro.

Viana informou que ele e o presidente do Senado, Renan Calheiros, vão se reunir com os líderes partidários para chegar a um entendimento sobre a proposta. Como a tramitação da PEC 12 começou na Câmara, se aprovada no Senado sem mudanças, seguirá direto para promulgação.

Homens poderão ser agraciados com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

“Inimigo, não. Parceiro.” Esse é o paradigma a ser construído para os homens na relação com as mulheres, de acordo com Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ela é autora e ele, relator do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 40/2014, que prevê a mudança nas regras da concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A matéria altera a Resolução 2/2001, que homenageia mulheres responsáveis por contribuições relevantes à causa feminina, para permitir a indicação de um homem entre as cinco pessoas agraciadas.

Aprovado ontem na Comissão de Educação e Cultura (CE), o texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois para a Mesa.

Para Vanessa, é preciso reconhecer que as mulheres não estiveram sozinhas na jornada em favor da defesa do direito de igualdade e cidadania plena entre homens e mulheres. “É necessária a construção de

um novo paradigma para as relações de gênero, ancorado na superação da oposição entre o masculino e o feminino e na consolidação de um modelo fundado em valores como harmonia, parceria e solidariedade”, diz a senadora na justificativa da proposta. Ela também frisa que o respeito mútuo é objetivo comum e que “apoiar as causas femininas é mérito também dos homens”.

Inácio, por sua vez, observa em seu parecer que incluir homens entre os possíveis agraciados com o diploma incentivará ações direcionadas à construção de um modelo isonômico em relações de gênero. Segundo o senador, homens também têm oferecido suporte importante à causa e é necessário o reconhecimento pelo Parlamento. Entre os que atuaram pelos interesses da mulher estão, por exemplo, políticos que lutaram pela instituição do voto feminino.

O Diploma Bertha Lutz já agraciou 70 mulheres.

Renan lança hoje livro sobre gestão no Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, promove hoje o lançamento do livro *Contas Abertas — relatório de gestão*, que apresenta, em 177 páginas, um resumo da atuação da Mesa no biênio 2013–2014 e enumera as medidas administrativas e legislativas voltadas à redução de gastos. A solenidade acontece às 15h30 na Presidência do Senado.

De acordo com a publicação, a economia no período chegou a R\$ 530 milhões, superior à meta original de R\$ 300 milhões. “A racionalização ocorreu sem nenhum prejuízo das rotinas da Casa, especialmente de sua área-fim, que é legislar e fiscalizar”, diz Renan.

Ganharam destaque também textos aprovados após as manifestações de junho de 2013 e os debates sobre reforma política, Código Penal, Código de Processo Civil e Código Comercial, entre outros pontos.

Série Falas do Trono é incluída em programa de memória da Unesco

Na quinta-feira, as servidoras do Senado Carla Mendes de Jesus e Betânia dos Santos Guedes estiveram na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, para receber o diploma que certifica a inclusão da série Falas do Trono no Programa Memória do Mundo, da Unesco. Por ser um retrato da história do Brasil entre os anos de 1826 e 1889, a série foi reconhecida pelo programa, que considera como patrimônio da humanidade documentos, arquivos e bibliotecas de valor internacional.

A série Falas do Trono, que integra o acervo do Arquivo do

Senado, reúne mensagens dos imperadores para os deputados e senadores nas reuniões de abertura e encerramento do ano legislativo da Assembleia Geral Legislativa brasileira.

— Ao disponibilizar amplo acesso à informação contida nesses documentos, se incentiva a pesquisa histórica e a preservação da memória do país, facilitando a busca por incentivos de projetos de preservação de documentos — disse Carla Mendes, diretora-adjunta da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação. Betânia atua no Serviço de Arquivo Histórico.



Servidoras do Senado, Carla e Betânia recebem diploma no Arquivo Nacional

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Sessões extraordinárias**
12h Sessão extraordinária para concluir a votação do Código de Processo Civil. Às 13h, sessão extraordinária para análise do texto que cria o feminicídio, entre outros. Às 14h, sessão deliberativa.
- CONGRESSO LDO 2015**
10h Sessão conjunta para votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014).
- PRESIDÊNCIA Livro Contas Abertas**
11h Renan Calheiros recebe Joaquim Levy e Nelson Barbosa. Às 12h e às 13h, preside sessões extraordinárias para votação do novo CPC e outros textos. Às 15h30, lançamento de *Contas Abertas — relatório de gestão*. Às 16h, preside a ordem do dia.
- CAS Plano funerário**
9h Na pauta, itens como o PLC 50/2014, sobre planos funerários.
- CCJ Código Penal**
9h Reunião para votar a reforma do Código Penal. Às 10h, reunião com 41 itens.

- CDR Destinos turísticos**
9h A CDR avalia a estruturação dos destinos turísticos brasileiros; após, vota o PLS 511/2011, que define os albergues entre os prestadores de serviços turísticos.
- CPI DA PETROBRAS Relatório final**
10h15 A CPI Mista da Petrobras vota minuta do relatório final.
- CMO Relatórios do TCU**
14h30 Reunião deliberativa extraordinária para análise de relatórios de gestão fiscal do Tribunal de Contas da União. Às 18h, nova reunião extraordinária.
- SÃO FRANCISCO Relatório final**
14h30 A comissão externa do Senado que acompanha programas de transposição e revitalização do Rio São Francisco se reúne para apresentação do relatório final.
- CPI DA PETROBRAS Relatório**
15h A comissão exclusiva do Senado se reúne para apresentação de proposta do relatório final.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovado texto básico do Código de Processo Civil

Hoje os senadores analisarão 16 destaques que ficaram fora da votação de ontem. Código agilizará andamento de processos judiciais que envolvem pessoas, bens e herança, entre outros

O SENADO APROVOU ontem o texto-base do projeto do novo Código de Processo Civil (CPC), que pode simplificar e tornar mais ágeis processos judiciais de natureza civil, como conflitos entre pessoas e em relação a bens, herança e causas de família, entre outros.

A análise foi suspensa sem a votação de 16 destaques que visam fazer modificações no texto final, lidos pelo vice-presidente Jorge Viana (PT-AC). O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que os trabalhos serão retomados hoje, às 12h.

Para concluir a votação, líderes partidários vão tentar chegar a um acordo sobre os pontos destacados que não são consenso. Renan mencionou o dispositivo que trata da conversão das ações individuais em ações coletivas, outro que cria alternativa à extinção do chamado embargo infringente e também a questão do bloqueio ou penhora de dinheiro, aplicação financeira e outros ativos, como medida de urgência, antes de sentença.

O projeto em exame tem origem em substitutivo da Câmara dos Deputados, que

alterou o projeto original (PLS 166/2010). A proposta retornou ao Senado em abril deste ano, quando uma comissão temporária iniciou a análise do texto adotado pelos deputados. O parecer da comissão temporária do Senado foi aprovado há menos de duas semanas, com os ajustes propostos pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Comemoração

A aprovação do texto-base foi celebrada com aplausos e manifestações de entusiasmo pelos resultados da reforma do atual CPC, que vigora há mais de 40 anos. A proposta está sendo debatida nas duas Casas do Congresso há mais de cinco anos.

Vital do Rêgo voltou a dizer que o novo código é o primeiro nascido em regime efetivamente democrático e contou com ampla participação da sociedade civil, por meio de audiências e do acolhimento de sugestões que puderam ser apresentadas inclusive por canais eletrônicos mantidos pelas duas Casas. Destacou ainda que o CPC concretiza direitos fundamentais.

— É por meio do processo



Senadores lotam Plenário durante exame do novo Código de Processo Civil, debatido no Congresso há mais de 5 anos

que o direito da personalidade, o direito de propriedade, a dignidade da pessoa e outros tantos direitos fundamentais deixam o plano das ideias para ingressar no mundo real. O processo é a ponte que os injustiçados atravessam para encontrar a concretização da Justiça — afirmou.

Ao ser finalizado, o texto, de mais de mil artigos, será encaminhado à sanção. A vigência terá início após um ano da publicação oficial.

Além de acabar com parte dos recursos, o texto estimula a celeridade ao ampliar multas para punir o uso desses instrumentos para atrasar processos. O projeto também estimula a solução consensual dos conflitos, adotando fase prévia de conciliação. Há ainda o instrumento que permite a mesma solução para processos iguais. Com a aplicação dele, diversas ações poderão ser decididas de uma única vez.

Desacordo entre Câmara e Senado impediu conclusão

Um dos pontos controversos foi a conversão das ações individuais em ações coletivas, incluída pelos deputados no texto. O juiz pode decidir pela conversão ao verificar que uma ação também afeta grupos de pessoas ou toda a coletividade, como num processo por poluição ambiental.

A comissão temporária excluiu a emenda da Câmara com o argumento de que há perda do direito individual de acesso ao Judiciário. Defensor de destaque para a reinclusão do dispositivo, Aloysio Nunes (PSDB-SP) disse que isso não acontece, pois o autor da ação individual deve ser ouvido.

Em outro destaque, so-

bre bloqueio e penhora de recursos como medida urgente antes da sentença, ocorre situação contrária: o projeto do Senado previa a medida, também assegurada pelo CPC atual, para evitar risco de lesão a direito reclamado na Justiça. Os deputados o retiraram, alegando que o mecanismo, informalmente chamado de “penhora on-line”, permite uso abusivo. Agora há destaque para manter a decisão da Câmara.

Quanto aos embargos infringentes, que foram extintos, há também destaque de Aloysio para que o dispositivo volte, mas com alterações realizadas pela Câmara.

Em Plenário, Luiz Fux defendeu o projeto

Presidente da comissão de juristas que ajudou a elaborar o anteprojeto do novo CPC, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), ocupou a tribuna do Senado ontem, pouco antes do início da votação, para defender a aprovação do texto.

Ao justificar a quebra de protocolo, Fux destacou que não falava na qualidade de integrante do STF, mas de cidadão brasileiro que serviu ao seu país como “servidor temporário” do Senado. No discurso, acompanhado por representantes da magistratura e de todas as carreiras jurídicas que ocupavam as galerias do Plenário, o ministro ressaltou a necessidade de uma Justiça ágil, que garanta todas as cláusulas pétreas constitucionais sem prejuízo da duração razoável dos processos.

Fux afirmou que o processo civil brasileiro é “prenhe de formalidade”, que precisava ser simplificado por contemplar “uma prodigalidade recursal



Texto coloca país um passo à frente na prestação da justiça, diz Fux na tribuna

inigualável” em relação aos demais países do mundo.

— O Brasil consagrava uma litigiosidade desenfreada, impedindo que os tribunais pudessem se desincumbir da sua prestação de justiça num prazo razoável — disse.

O ministro também reconheceu a necessidade de um período para que as carreiras jurídicas se adaptem às novas soluções. Ele ainda agradeceu pela colaboração da Câmara dos Deputados no trabalho conjunto e a oportunidade

concedida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), que designou a comissão de juristas para reformar o código em 2009, quando era presidente do Senado.

— Quero agradecer por essa experiência inédita de elaborarmos uma lei que coloca o país um passo à frente no tocante à prestação da justiça. Os senhores senadores podem ter absoluta certeza de que agimos para que o Brasil estivesse muito próximo do porto e muito longe do naufrágio — concluiu.

Renan agradece a Sarney e elogia comissão de juristas

Renan Calheiros disse que o novo código é um texto urgente e necessário para o país. Ao iniciar a discussão, ele ressaltou que o atual código não atende a realidade brasileira.

— O código de hoje é uma colcha de retalhos, por conta das modificações, é pródigo em inumeráveis recursos e atrasa a prestação da justiça — avaliou.

Renan agradeceu ao senador José Sarney, que teve a inicia-

tiva de instituir a comissão de juristas para tratar da atualização do CPC, em 2009, quando era presidente do Senado. Ele também elogiou a atuação do ex-senador Valter Pereira e do senador Vital do Rêgo, relatores da proposta no Senado. Ele destacou a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas.

— Essa comissão fez um notável trabalho — elogiou.

Nova norma é adaptada ao mundo globalizado, diz Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) saudou a aprovação do texto do novo código e o considerou adequado à realidade atual e às demandas da sociedade brasileira. Entre as características do novo CPC, o parlamentar ressaltou o foco na resolução consensual de conflitos e na mediação, superando a “cultura do litúgio”, que, na avaliação dele, sobrecarrega o Judiciário

rio e desestimula a atividade econômica.

O senador elogiou o trabalho da comissão temporária responsável pelo relatório ao projeto do CPC e destacou que a nova norma substituirá um código em vigor desde 1973 e que recebeu 66 alterações.

— Precisava ser adaptado ao mundo globalizado e à realidade dos dias atuais — afirmou.

Parlasul aprova acordo entre Mercosul e Egito

Medida, que agora irá para a Câmara, prevê livre comércio entre o bloco e o país africano. Também foi acatada doação ao Uruguai de veículos de combate do Brasil

O PARLAMENTO DO Mercosul (Parlasul) aprovou ontem, último dia de trabalho em 2014, um projeto de lei e cinco mensagens presidenciais.

O Projeto de Lei 6.643/2013 autoriza o Executivo a doar 25 viaturas blindadas de combate (M41) para o Uruguai. O relator, deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), ressalta os altos custos do Brasil com a manutenção dos blindados desativados, razão pela qual defende a doação.

Outro item acatado foi a Mensagem 201/2013, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Livre Comércio

(ALC) entre o Mercosul e o Egito. Para o relator, deputado Renato Molling (PP-RS), a medida representa um esforço das nações integrantes para ampliar as oportunidades de comércio e aproveitar as vantagens econômicas dos perfis produtivos de cada parceiro.

A Mensagem 354/2014 se refere à parceria entre o Brasil e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) para a criação do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags), no Rio. O objetivo, segundo o relator, deputado João Ananias (PCdoB-CE), é unir forças e implementar ações para mudar a saúde nos países do bloco.

O Parlasul também aprovou a Mensagem 551/2012, que institui um regime de proteção à democracia nos países da Unasul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai,

Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela); a 550/2012, que cria o Fundo Mercosul Cultural; e a 547/2012, que estabelece o Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul, substituindo o Protocolo de Defesa da

Concorrência do Mercosul, que apresentou poucos avanços.

Agora os textos serão remetidos à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, onde passarão a tramitar como projetos de lei.

Senado aceita indicação para embaixada no Cairo

Os senadores aprovaram ontem a indicação do diplomata Ruy Pacheco de Azevedo Amaral para assumir a embaixada do Brasil no Egito. Ele vai também representar o país na Somália e na Eritreia.

Quando sabatinado na Comissão de Relações Ex-

teriores e Defesa Nacional, o diplomata disse que o Egito é o terceiro maior destinatário das exportações brasileiras para a África. Chegam a US\$ 2,5 bilhões por ano, um pouco a menos do que o Brasil vende para a França e a Espanha.

Quando à Somália, Azevedo Amaral ressaltou que, se esse país não receber uma ajuda imediata, 3 milhões de pessoas poderão morrer de fome. Ele lembrou que desde 1991, após a derrubada do governo, o país vive em estado de guerra e caos.

Relatório sobre serviços públicos fica sem votação

A Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais encerrou os trabalhos ontem sem a aprovação do relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre os direitos do usuário de serviços públicos. A proposta regulamenta o inciso I do parágrafo 3º do artigo 37 da Constituição e o artigo 27 da Emenda Constitucional 19, de 1998.

O parecer, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), seria apreciado ontem, na última reunião da comissão, mas um pedido de vista do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) impediu a votação.

O pedido foi provocado por dúvidas levantadas pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) quanto ao efeito que a proposta teria sobre as leis de defesa dos usuários do serviço público já em vigor. A deputada questionou se dar início a um novo projeto sobre o assunto não acabaria por esvaziar a legislação sobre o tema já regulamentada no país.

Jucá argumentou que a proposta dele não conflitaria



Jucá (*dir.*, à mesa) também retirou parecer sobre demarcação de terras indígenas

com os direitos adquiridos pelos cidadãos. Ao contrário, explicou, a intenção era dar mais transparência a esses direitos, propondo, por exemplo, prazos para que o setor público respondesse às demandas dos usuários de serviços públicos. Miro Teixeira, porém, preferiu analisar melhor o relatório.

Também ficou sem votação o relatório sobre minuta de projeto para a regulamentação do parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, que trata da demarcação de terras indígenas. O relator, Romero Jucá,

decidiu retirar o parecer da análise. Ele afirmou que, se for do interesse do governo federal, o Ministério da Justiça que mande, por iniciativa do Executivo, o texto da regulamentação da demarcação de terras indígenas para ser analisado no Congresso.

— Entendo que, por conta das celeumas levantadas e da ausência de posicionamento do governo, não devo eu assumir esse ônus, já que a regulamentação dessas áreas específicas é de interesse da União — afirmou o senador.

Parlamentares homenageiam presidente do colegiado

Os parlamentares aproveitaram o encerramento da comissão para fazer uma homenagem ao presidente, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que deixa o Congresso ao fim desta legislatura.

Jucá afirmou que em poucos meses a comissão aprovou projetos importantes para discussão tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado — como a regulamentação da punição para o trabalho escravo, a regulamentação do direito do trabalhador doméstico e a punição por atos de terrorismo.

— Demos passos relevantes para a sociedade brasileira e vale registrar que esta comissão surgiu do sonho, do trabalho

e da experiência do deputado Vaccarezza. Quero prestar minha homenagem a ele. Tenho certeza de que continuará, se não como deputado, mas como político, como brasileiro, como patriota, a exercer uma ação importante no cenário político nacional — elogiou Jucá.

Os deputados Miro, Benedita e Arnaldo Jardim (PPS-SP) também destacaram o trabalho de Vaccarezza não apenas à frente da comissão, mas em toda sua atuação parlamentar.

— O Parlamento vai sentir muito a sua falta, o seu espírito aguerrido de defesa. O senhor foi líder do governo, defendendo seu partido e suas posições, mas também concor-

rendo, ao mesmo tempo, com a sua postura agregadora de construir consenso, de buscar estabelecer referências que preservassem a democracia e o Parlamento — declarou Jardim.

Vaccarezza agradeceu o carinho dos colegas e ressaltou o sucesso da comissão.

— Enfrentamos um conjunto de temas em que a minha presidência foi apenas um detalhe. A dedicação de cada parlamentar e, em particular, a capacidade de nosso relator, nos permitiu que pegássemos temas tão emocionantes e conflitantes. Em menos de um ano, teremos regulamentadas questões que estavam pendentes há quase 25 anos — avaliou.

Cyro cita projeto contra bullying entre destaques do ano em comissão

As atividades de 2014 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foram encerradas ontem pelo presidente do colegiado, Cyro Miranda (PSDB-GO). Além de agradecer o apoio dos colegas, Cyro fez uma análise dos trabalhos do colegiado nos últimos dois anos, período em que foram apreciadas 387 propostas e realizadas 53 audiências públicas.

O senador destacou alguns dos projetos importantes que passaram pela CE em 2014, como o projeto de lei da Câmara (PLC) 68/2013, do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), que cria o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*), e o PLS 284/2012, de Blairo Maggi (PR-MT), que institui a residência pedagógica para

os professores da educação básica.

Entre as audiências públicas, ele ressaltou os debates sobre a validação dos diplomas de instituições do Mercosul, a situação dos estudantes transferidos de universidades e o sistema educacional finlandês.

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) foi outro ponto destacado por ele. Cyro lamentou algumas mudanças feitas pelo governo — que tem maioria no Parlamento —, mas considerou o projeto (PLC 103/2012) importante para o país:

— Tínhamos a visão que, principalmente com o Plano Nacional de Educação, teríamos uma responsabilidade muito grande. Foi um trabalho muito intenso — afirmou.



Cyro (*esq.*, à mesa) fez balanço da Comissão de Educação em 2013 e 2014

Adiada para o próximo ano exame de projeto sobre Lei de Migração

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) adiou para o próximo ano o exame do projeto que institui a Lei de Migração. O PLS 288/2013, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), regula a entrada de estrangeiros no Brasil e define normas de proteção para o emigrante brasileiro.

O texto define o imigrante como todo estrangeiro que

“transite, trabalhe ou resida e se estabeleça transitória, temporária ou definitivamente no país”. Além disso, traz como princípios da política migratória o repúdio à xenofobia e a acolhida humanitária.

Ontem, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apresentou relatório favorável ao projeto. A comissão aprovou um pedido de vista coletiva.

Presidente do Banco Central prevê inflação na meta só no fim de 2016

Tombini afirmou que o índice que mede preços ao consumidor deve permanecer alto. Pico deve ocorrer no primeiro trimestre de 2015

A INFLAÇÃO SÓ deverá baixar para o centro da meta, de 4,5%, no fim de 2016, conforme previsão do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Ele participou ontem de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) questionaram o fato de o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses, de 6,56%, estar acima do topo da meta, de 6,5%. Tombini admitiu que a variação tende a permanecer elevada. O pico, acrescentou, deve ocorrer no primeiro trimestre de 2015.

O presidente do BC atribuiu as pressões a dois processos de realinhamento: o dos preços domésticos em relação aos internacionais e o dos preços administrados em relação aos livres. Outra fonte de pressão, disse, é a depreciação do real frente ao dólar, que ultrapassou 70% nos últimos 15 anos.

O fato positivo, segundo Tombini, é que a depreciação do real, combinada a um cenário de maior crescimento global, poderá impulsionar as exportações. Também previu, como efeito da desvalorização do real, a redução do déficit da conta turismo e um estímulo às viagens dentro do país.

Luiz Henrique (PMDB-SC) se disse preocupado com o déficit nessa conta, que chegou a US\$ 17,8 bilhões em 2013 e poderá atingir US\$ 19 bilhões em 2014.

Política fiscal

Quanto ao realinhamento dos preços, Tombini afirmou que o BC trabalha para evitar que as pressões realimentem a inflação.

— O Banco Central não será complacente com inflação e fará tudo o que for necessário para viabilizar um cenário mais benigno no período de 2015–2016 — acrescentou.

Ferraço questionou sobre uma suposta falta de sintonia entre as políticas fiscal — a cargo dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento — e monetária — conduzida



Tombini, ao lado de Lindbergh e Luiz Henrique, disse que vai trabalhar para aumentar a confiança dos agentes econômicos

pelo Banco Central. Tombini, porém, evitou comentar sobre gastos do Executivo e afirmou que o conjunto do governo é que define a política fiscal.

Ele sugeriu que o tema fosse discutido com os futuros ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, que participaram de reunião ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Tombini admitiu, porém, que, quanto mais apertada a política fiscal, mais fácil será o trabalho do Banco Central na condução da política monetária.

Questionado por vários senadores, Tombini disse que a mudança na Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) para desobrigar o governo do cumprimento da meta de superávit fiscal reflete o estágio da economia, cujo crescimento baixo reduziu a expectativa de receita. A mudança foi sancionada segunda-feira como a Lei 13.053/2014.

Confiança

O presidente do Banco Central prometeu também trabalhar para ampliar a confiança e a previsibilidade entre os agentes econômicos. Para Blairo Maggi (PR-MT), o governo quebrou a confiança com a contabilidade criativa e com a mudança “desastrada”

na política energética.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), manifestou esperança de que políticas fiscal e monetária transparentes despertem confiança nos agentes econômicos, permitindo ao país retomar a trajetória declinante da taxa de juros. A política de redução da meta da taxa Selic atingiu o ponto máximo em 17 de janeiro de 2013, quando foi fixada em 7,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) — hoje está em 11,75%.

O comparecimento do presidente do BC à comissão é prevista no Regimento Interno do Senado.

Levy e Barbosa prometem realismo e diálogo com Congresso

Os futuros ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, prometeram ontem, em reunião fechada no Congresso, deixar claras e transparentes as regras do jogo para fortalecer a economia. O objetivo deles, segundo Jorge Viana (PT-AC), é imprimir realismo no trato dos problemas do governo.

— Eles disseram que virão dialogar com o Congresso. Não haverá choques [com o Legislativo] — disse Viana à Agência Câmara. Os ministros não deram entrevistas.

Embora não tenham dado detalhes, os dois mencionaram algumas linhas a serem seguidas. Conforme o deputado Felipe Maia (DEM-RN), Levy

forneceu uma pista: “exagerar nos impostos termina matando a economia”.

Outra orientação, disse o deputado Mendonça Filho (DEM-PE), é que o governo não deve alterar a meta de superávit para 2015, fixada em 1,2% no projeto da LDO.

A vinda de Levy foi uma exigência da oposição para votar o relatório final da LDO, o que está previsto para hoje, às 10h.

— O ministro explicitou o compromisso de manter as metas fixadas com relação à LDO 2015, um dos compromissos mais importantes por parte da oposição, para não acontecer em 2015 o que aconteceu em 2014 — explicou Mendonça Filho. Ele se referiu ao PLN 36/2014, que

mudou a meta do superávit primário, aprovado dia 9.

Segundo o relator da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015 (PLN 13/2014), Romero Jucá (PMDB-RR), o ministro disse que a meta de 1,2% do PIB para 2015 é “possível, baseada, inclusive, nas análises de mercado”.

Joaquim Levy deve voltar hoje ao Senado para discutir o projeto que legaliza incentivos fiscais a estados e ao DF questionados em ação no STF (PLS 130/2014 — Complementar). O anúncio foi feito ontem em Plenário pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. O projeto é o primeiro item da pauta da sessão extraordinária prevista para as 12h de hoje.

Lídice quer prioridade e aumento de recursos para a educação

No momento em que o Congresso trata do Orçamento, Lídice da Mata (PSB-BA) destacou a necessidade de mais investimentos em educação, com expansão dos recursos até alcançar 10% do produto interno bruto (PIB).

Para a senadora, o superávit primário, cortes e ajustes fiscais são temas relevantes, mas que não dialogam com o universo dos compromissos públicos dos governantes, das aspirações do povo.

Lídice apontou como grande desafio no ensino básico a consolidação do pacto pela alfabetização na idade certa e a implantação da escola em tempo integral. Também defendeu a expansão do ensino superior federal, principalmente no interior da Bahia.

— A educação é o caminho para alavancar o desenvolvimento de um país, tanto econômico como social. E para alcançar os investimentos previstos no Plano Nacional de Educação, precisamos garantir maior eficiência na gestão dos recursos, nos processos pedagógicos e na valorização dos professores — afirmou.

Gleisi pede votação de proposta sobre feminicídio neste ano

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ontem que a aprovação da proposta que cria o crime de feminicídio (PLS 292/2013) será uma resposta contundente do Senado a dois episódios recentes de violência contra a mulher: as declarações do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) contra a colega Maria do Rosário (PT-RS) e o caso do homem do Rio de Janeiro que afirmou ter matado mais de 40 pessoas, a maioria mulheres.

Proposto em 2013 pela CPI mista que investigou a violência contra mulheres, o projeto define feminicídio como a forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher. A pena prevista é de 12 a 30 anos de prisão.

— Penso que seria muito importante que pudéssemos votar esse projeto antes do encerramento do período legislativo. Devemos isso à sociedade brasileira e é uma resposta a esses últimos fatos estupefacentes, que se somam a tantos outros, de violência contra a mulher — afirmou a senadora.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que o projeto pode ser votado hoje.

Publicada lei que modifica superávit do governo

Foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* de segunda a mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, que, na prática, libera o governo federal de cumprir meta de superávit neste ano. A alteração enfrentou forte resistência no Congresso, mas foi aprovada no dia 9.

A mudança na LDO acaba com o teto de abatimento da meta de superávit, inicialmente fixada em R\$ 116,1 bilhões. A regra original previa que o governo poderia descontar até R\$ 67 bilhões da meta, com base nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nas desonerações tri-

butárias de estímulo a setores de produção.

Sem teto de abatimento e com a soma de investimentos no PAC e desonerações em mais de R\$ 130 bilhões, o Executivo fica livre de cumprir a meta.

Na reta final da discussão no Congresso, o governo editou

decreto ampliando os recursos disponíveis para gastos de ministérios, incluindo mais R\$ 444 milhões para emendas parlamentares. A liberação dos recursos, porém, ficou condicionada à aprovação da mudança no superávit, o que levou a oposição a acusar o Planalto de fazer chantagem.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Terminou ontem o prazo para que senadores, deputados federais e comissões permanentes do Senado e da Câmara entregassem suas emendas à proposta orçamentária do próximo ano. De acordo com cronograma aprovado, relatórios setoriais serão apresentados ao relator-geral, senador Romero Jucá, até a próxima segunda-feira

Comissões do Senado aprovam emendas ao Orçamento de 2015

Todas as 11 comissões permanentes do Senado aprovaram ontem as emendas que serão apresentadas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015 (PLN 13/2014). Ao todo, as cifras ultrapassam os R\$ 11 bilhões. O conteúdo

das emendas é restrito às competências regimentais da respectiva comissão. A Comissão de Assuntos Sociais, por exemplo, aprovou a destinação de R\$ 279 milhões à estruturação de unidades de atenção especializada de saúde. A Comissão de Ciência

e Tecnologia, R\$ 450 milhões às pesquisas brasileiras na Antártida. As emendas aprovadas agora irão para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde serão analisadas pelos relatores setoriais do Orçamento da União.

CAS Recursos para a saúde pública

A saúde foi a área escolhida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para apresentação de emendas ao Orçamento da União de 2015.

Em decisão tomada ontem, a CAS aprovou as cinco emendas reunidas pelo relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), no valor total de R\$ 901 milhões. Elas têm como origem 165 emendas recebidas pela comissão e analisadas por Moka.

— Nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham ações dentro da mesma unidade orçamentária, de forma a proceder à aglutinação — explicou.

A primeira emenda aprovada pela comissão, de R\$ 283 milhões, é para o Fundo Nacional de Saúde. Os recursos da emenda po-

dem ser usados em ações na assistência médica qualificada e gratuita da população, no desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, no serviço social autônomo, na Associação das Pioneiras Sociais e na Rede Sarah.

Outras emendas contemplarão a estruturação da rede de serviços de atenção básica (R\$ 252 milhões), a estruturação de unidades de atenção especializada (R\$ 279

milhões) e a implantação e execução de políticas de atenção integral à saúde da mulher (R\$ 70 milhões).

Uma quinta emenda, de remanejamento de recursos, destina-se à promoção da saúde de populações ribeirinhas da Amazônia mediante cooperação com a Marinha. Segundo o relator, o pleito veio da própria Marinha, que tem um hospital-navio para esse fim. O valor da emenda é de R\$ 17 milhões.



Waldemir Moka, relator das emendas da Comissão de Assuntos Sociais

CAE Preocupação com a indústria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou quatro emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual do próximo ano no valor global de R\$ 396,4 milhões.

A emenda de maior valor, R\$ 200 milhões, destina os recursos ao Ministério do Desenvolvimento, In-

dústria e Comércio Exterior para a promoção do desenvolvimento industrial. O autor é Humberto Costa (PT-PE).

O ministério foi também contemplado com R\$ 50 milhões para o incentivo à inovação e às tecnologias inovadoras. O autor da emenda é Romero

Jucá (PMDB-RR).

A segunda emenda de maior valor, R\$ 106,4 milhões, visa à promoção do desenvolvimento da micro e da pequena empresa. O autor da emenda é Cyro

Miranda (PSDB-GO) e a beneficiária é a Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

O Ministério da Fazenda terá R\$ 40 milhões para dar apoio financeiro à Fundação Getúlio Vargas (FGV). O autor da emenda é Lindbergh Farias (PT-RJ).

As quatro emendas foram escolhidas pelo relator, Armando Monteiro (PTB-PE), entre as 35 apresentadas pelos senadores da CAE.



Os senadores Armando Monteiro e Cyro Miranda debatem emendas

CCJ Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas terão verbas para projetos

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou quatro emendas ao Orçamento da União de 2015. O principal beneficiado foi o Ministério Público da União, ao qual foram destinados R\$ 180 milhões.

Relator da matéria, Anibal Diniz (PT-AC) também propôs a apro-

vação das seguintes cifras: R\$ 139 milhões para a implementação de pessoal próprio da Justiça Eleitoral, R\$ 75 milhões para assistência médica e odontológica do Superior Tribunal de Justiça (STJ), R\$ 40 milhões para o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar a aplicação de recursos

federais e R\$ 180 milhões para a modernização das instalações do Ministério Público Federal.

Referindo-se às 143 emendas parlamentares, Anibal disse que tentou contemplar nesse conjunto de quatro emendas o maior número possível de senadores.

Waldemir Moka (PMDB-MS)

se disse preocupado por não ter sido aprovada nenhuma emenda à demarcação de terras indígenas:

— Eu tenho uma preocupação porque a única alternativa para alocar recursos na demarcação de terras indígenas é a CCJ.

O presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), prometeu

que emendas destinadas à demarcação de terras indígenas serão colocadas no Orçamento via remanejamento:

— Já falei com o relator sobre uma emenda de remanejamento que aloque recursos para demarcação. E Romero Jucá [PMDB-RR] me deu a garantia.

CCT Reforço para pesquisas na Antártida

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou três emendas ao projeto de lei orçamentária de 2015, destinando recursos para a missão brasileira na Antártida, para um sistema de comunicações do Exército e para fomento de projetos de biotecnologia e produção de medicamentos. Os recursos — R\$ 699 milhões no total — constam do relatório de Anibal Diniz (PT-AC).

A maior dotação (R\$ 450 milhões) serve para manter a “capacidade de apoio à pesquisa científica” realizada na estação brasileira na Antártida. Outros R\$ 149 milhões serão destinados ao fomento de projetos de pesquisa em biotecnologia, incluindo a formação de recursos humanos. Por fim, R\$ 100 milhões foram



Anibal Diniz e Ângela Portela durante a votação das emendas

destinados ao Sistema de Comunicações Críticas, que é operado pelo Exército e reúne as áreas de defesa, segurança pública e infraestrutura nos três níveis da administração pública.

CRE Prioridade à vigilância da fronteira

Projetos definidos como prioritários para o Ministério da Defesa e o das Relações Exteriores receberam R\$ 819 milhões, conforme emendas ao Orçamento da União para o próximo ano aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A maior parte dos recursos — R\$ 669 milhões — está destinada ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

O relator das emendas, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), explicou que o Sisfron, que começou a ser implantado em 2012, permitirá uma vigilância eficiente das fronteiras terrestres.

Assim, acrescentou o senador, será possível um combate mais efetivo de crimes como tráfico de drogas, de armas e de pessoas. O Sisfron é de responsabilidade do Comando do Exército.

Também para o Minis-

tério da Defesa, a CRE separou R\$ 100 milhões dos recursos orçamentários para a produção de 50 helicópteros de médio porte. O projeto prevê a entrega de 16 aeronaves para a Força Aérea, 16 para a Marinha, 16 para o Exército e 2 para a Presidência da República.

O restante do dinheiro, R\$ 50 milhões, será usado no financiamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que vai conectar o Ministério das Relações Exteriores a 227 postos em 150 países, por meio de um canal exclusivo de sistema de comunicação. Ricardo Ferraço lembrou que o ministério foi alvo de ataque de hackers neste ano, com acesso a documentos confidenciais.

— A implementação de uma política de segurança e defesa cibernética exige mudanças profundas na tecnologia e nos processos utilizados. As medidas para fazer frente a esse desafio são imprescindíveis e essenciais, tendo em vista as crescentes ameaças de ataques desse tipo — disse Ferraço.



Ferraço, relator das propostas da Comissão de Relações Exteriores

CDH Promoção dos direitos humanos

Somadas, as emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ficam perto de R\$ 3,7 bilhões.

A primeira emenda acatada destina recursos para a promoção e a defesa dos direitos humanos. A segunda propõe aumentar os recursos para as políticas de igualdade e de direitos das mulheres. A última garante mais dinheiro para ações afirmativas e outras iniciativas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial. Ao todo foram apresentadas 94 sugestões de emendas pelos senadores.

Ao apresentar o relatório sobre as emendas, a presidente da comissão,



Para Ana Rita, comissão deveria ter direito a 4 emendas, e não a 3

Ana Rita (PT-ES), explicou que as sugestões acatadas são as mais amplas e que receberam maior apoio dos senadores. Ela lamentou o fato de a Resolução 1/2006 do Congresso Nacional não permitir que o colegiado apresente quatro emendas, como ocorre com a maior parte das comissões permanentes do Senado.

CI Obras da Ferrovia Transcontinental

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem cinco emendas à proposta do Orçamento de 2015, todas relatadas pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

A proposta de maior valor destina R\$ 500 milhões para a construção de um trecho da Ferrovia Transcontinental entre os municípios de Sapezal (MT) e Porto Velho (RO). A comissão acatou tam-

bém uma emenda de R\$ 300 milhões para obras rodoviárias na BR-174 e na BR-364, beneficiando os estados de Mato Grosso, Acre, Rondônia, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Outra sugestão aprovada ontem diz respeito à construção, à reforma e ao reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional, com recursos de R\$ 200 milhões.

CE Cultura brasileira ganha destaque

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou 4 emendas: R\$ 600 milhões para fomento da cultura brasileira, com ênfase na Funarte; R\$ 200 milhões para modernização da infraestrutura para a prática de esporte educacional e recreativo; R\$ 120 milhões para a educação

profissional e tecnológica; e R\$ 110 milhões para a infraestrutura da educação básica.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), considerou todas meritórias, mas disse que, dado o “cobertor curto”, escolheu as propostas com apoio de mais parlamentares e maior alcance social.



Ana Amélia citou “cobertor curto” para explicar escolhas

CDR Apoio ao transporte público e ao turismo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem quatro emendas ao Orçamento. Dessas, três foram sugestões do presidente da comissão, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

As emendas sugeridas

por Valadares foram de apoio ao transporte público urbano, de apoio à infraestrutura turística e de obras e equipamentos para oferta de água. A quarta emenda oferece apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios

com população superior a 50 mil habitantes ou de região metropolitana.

— Contemplamos as áreas de transporte público, turismo e oferta de água, que são inerentes ao desenvolvimento regional e turísticos das regiões — disse Valadares.

CRA Desenvolvimento da agropecuária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o relatório de Acir Gurgacz (PDT-RO) com apresentação de cinco emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União para 2015. Foram analisadas 52 propostas.

O relatório aglutinou a uma proposta de Romero Jucá (PMDB-RR) as sugestões de outros cinco senadores para o fomento do setor agropecuário do Ministério da Agricultura, no valor de R\$ 300 milhões.

Foi acolhida a proposta de Ana Amélia (PP-RS), com mais dez outras sugestões, de R\$ 250 milhões à Embrapa, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária.

A proposta de Waldemir Moka (PMDB-MS) foram aglutinadas uma do relator e outra de Jucá direcionando R\$ 350 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais.

Também foi aprovada a proposta de emenda de Valdir Raupp (PMDB-RO),

junto a quatro sugestões, de R\$ 200 milhões para o desenvolvimento da infraestrutura pesqueira e aquícola do Ministério da Pesca.

Além dessas, foi apresentada uma quinta emenda, de remanejamento, no valor de R\$ 33 milhões, de Moka, para fomento do setor agropecuário do Ministério da Agricultura.

Gurgacz aprovou as ações para as quais foi apresentado o maior número de propostas pelos senadores. Ele priorizou propostas de emendas para a aquisição de máquinas e equipamentos de forma a incentivar a produção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Também foram con-

templados projetos de recuperação de estradas vicinais, correção de solo, construção de pequenos abatedouros, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, mercados públicos e outras ações que atendam os municípios. Ganhou destaque a ampliação de estudos sobre técnicas de monitoramento do uso da terra e desenvolvimento de tecnologias para áreas de conservação em uso, além da implantação de políticas de incentivo à valoração dos serviços ambientais.

Gurgacz propôs recursos para ampliar a transferência de tecnologia entre a pesquisa e os agentes multiplicadores (em especial de extensão rural).



Acir Gurgacz, autor do relatório aprovado pela Comissão de Agricultura

CMA Expansão da Defensoria Pública

As ações da Defensoria Pública da União e do Ministério Público Federal receberam reforços de R\$ 200 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente, conforme as emendas ao Orçamento aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O dinheiro para a Defensoria Pública visa à expansão dos atendimentos e à modernização de estruturas. O aporte para o Ministério Público se destina à capacitação profissional e à modernização de equipamentos para fiscalização.

A CMA aprovou uma emenda de R\$ 145,3 milhões para correção de gratificação por funções de confiança e cargos em comissão no Tribunal de Contas da União (TCU), bem como para adicional de especialização e cor-

reção da gratificação de desempenho recebida. Também foi acolhida uma emenda que destina R\$ 100 milhões ao Ministério do Meio Ambiente para gestão socioambiental de territórios ocupados por comunidades tradicionais.



Ivo Cassol e Blairo Maggi em votação na Comissão de Meio Ambiente

CMO se reúne hoje para analisar proposta

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) suspendeu as reuniões agendadas para as 14h30 e as 18h de ontem por falta de quórum. A CMO volta a se reunir hoje, às 14h30.

A comissão programou uma série de reuniões até a próxima semana para tentar concluir a apreciação do Orçamento da União para 2015 (PLN 13/2014).

Debate na Comissão de Direitos Humanos apontou a necessidade de acompanhar a evolução do vírus e de apoiar crianças órfãs ou abandonadas por medo do contágio

“Órfãos do ebola” preocupam debatedores

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL e a ajuda humanitária têm que ser reforçadas para garantir o controle da nova onda epidemiológica do vírus ebola na África, concordaram debatedores que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. Eles manifestaram preocupação com o aumento dos casos de abandono de órfãos e de crianças desacompanhadas por suspeita de infecção pelo vírus.

De acordo com os dados mais recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), a epidemia provocou cerca de 8 mil mortes entre os mais de 18 mil casos registrados desde o início do ano em oito países. Entre eles, Guiné-Conacri, Libéria e Serra Leoa são os mais atingidos. Ao menos 5 mil crianças desses países perderam um ou ambos os pais por causa do vírus, segundo estimativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

— Dados que recebemos mostram que pais e mães afetados pela doença acabam morrendo e crianças ficam praticamente abandonadas. É preciso que haja, além da procura dos parentes, solidariedade internacional. Queremos que o Brasil se some cada vez mais aos outros países



Paim (C) recebe especialistas e representantes de países africanos e do Reino Unido para discutir cooperação internacional

nessa cruzada internacional em defesa da vida — disse o senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a reunião. O debate promovido pela CDH atendeu pedidos dos senadores Paim e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Situação crítica

Vizinha de Guiné-Conacri e Senegal, a Guiné-Bissau não registrou nenhum caso da doença, mas, segundo a embaixadora no Brasil, Eugénia Pereira Saldanha Araújo, o país tem se mantido vigilante com relação ao surto. Ela também está preocupada com a situação das crianças abandonadas e afirmou que não apenas os países africanos, mas todo o

mundo deveria ajudá-las.

— Acho que as pessoas ficaram com medo do contágio e têm agido com muitas precauções em relação a essas crianças. É conveniente que a opinião pública internacional se mobilize para termos uma resposta para essas crianças, que precisam de um apoio, não só material, mas afetivo. Do contrário, vai ser muito complicado garantir o futuro dessa geração — apontou.

Desde que o surto ganhou repercussão mundial, o Ministério da Saúde reforçou o monitoramento de viajantes vindos de países da África Ocidental afetados pelo ebola, relatou Cláudio Maierovitch, do

Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis da pasta. Segundo ele, são muito pequenas as chances de o vírus chegar ao país.

Conforme Maierovitch, o Brasil está preparado para enfrentar o vírus e tem apoiado os países afetados. O governo doou R\$ 25 milhões a agências das Nações Unidas para ações humanitárias.

— Todas as medidas tomadas dão segurança bastante razoável do ponto de vista doméstico. No entanto, a nossa preocupação é também com a solidariedade internacional — acrescentou.

Para o representante do Ministério da Saúde, a epidemia

poderia não ter se tornado realidade caso os países ricos tivessem investido em pesquisas e desenvolvimento de medicamentos e vacinas.

— Era uma doença considerada exótica, de populações pobres e isoladas, que pouco ameaçava os países centrais — assinalou.

Apoio internacional

Indranil Chakrabarti, do Ministério para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, também defendeu maior apoio internacional aos países africanos.

— Esse não é um desafio apenas para Guiné, para Serra Leoa, para a África Ocidental, mas para o mundo inteiro. A crise não passou ainda. Essas infecções estão aumentando, por isso a resposta internacional tem que aumentar — afirmou.

Identificado pela primeira vez em 1976, no Zaire (atual República Democrática do Congo), o vírus ebola tem produzido, desde então, vários surtos no continente africano.

A doença do vírus ebola conta com uma taxa de letalidade que pode chegar até a 90% e afeta os seres humanos e primatas não humanos (macacos, gorilas e chimpanzés). A infecção ocorre por contato direto com o sangue ou outros fluidos corporais ou secreções.

Portadores de doenças raras reivindicam medicamentos

Mesmo com a instituição de uma política pública (Portaria 199/2014) para atender pessoas com doenças raras no Sistema Único de Saúde (SUS), o que é considerado um avanço, o acesso a medicamentos essenciais no tratamento ainda deixa a desejar, levando a disputas judiciais para garanti-los. O problema foi exposto em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Maria Cecília Oliveira, presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afang), defendeu a inclusão de mais medicamentos que amenizem o sofrimento de pessoas com doenças pouco frequentes na lista de distribuição gratuita do

SUS. Segundo Maria Cecília, é difícil compreender por que remédios e tratamentos reconhecidos no exterior, muitas vezes com comercialização já aprovada no Brasil, não são garantidos aos pacientes.

— O governo não consegue entender que, para esses pacientes, tempo é tudo — lamentou.

Na opinião da presidente da Afang, a burocracia governamental é um dos motivos pelos quais os laboratórios pouco se interessam em investir na pesquisa de remédios para tratar doenças raras no Brasil. É difícil aprovar e produzir remédios no Brasil, constatou.

Ao citar leis, procedimentos e protocolos necessários para a autorização da distribuição



Cícero Lucena (C) preside audiência com Maria José Fagundes (E), José Eduardo, Clarice Petramale e Maria Cecília

desses remédios, chamados medicamentos órfãos (de alto custo, para doenças raras e que se destinam a percentual reduzido da população), a diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias

em Saúde do Ministério da Saúde, Clarice Petramale, cobrou da indústria farmacêutica e das associações dos portadores de doenças raras a apresentação de demandas de inclusão desses produtos

no tratamento pelo SUS.

Tanto Clarice quanto José Eduardo Fogolin, coordenador-geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, afirmaram que a linha de conduta da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras é investir em acolhimento e tratamento globalizado. Também presente à reunião, a diretora de Inovação da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Maria José Delgado Fagundes, defendeu a facilitação dos procedimentos para a inclusão de medicamentos na lista do SUS.

Projeto cria regras para incorporação de remédios ao SUS

O Senado tem um projeto sobre tratamento de doenças raras. Apresentado por Vital do Rêgo (PMDB-PB), o texto é relatado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) por Ana Amélia (PP-RS).

O PLS 530/2013 incorpora ao tratamento de doenças raras medicamentos com efetividade clínica comprovada. Também define a adoção de critérios e instrumentos regulatórios para facilitar o

registro e a entrada de medicamentos destinados a essas doenças no mercado nacional e no SUS.

Ana Amélia lembrou que a política pública instituída pelo Executivo faz poucas

referências aos medicamentos, e o projeto deve regular esse cenário.

A audiência de ontem na CAS foi promovida a pedido de Cícero Lucena (PSDB-PB), que presidiu o debate.

Colegiado que trata das mudanças climáticas aprovou relatório das atividades de 2014. Documento aponta agronegócio como setor capaz de fazer país reduzir emissão de gases do efeito estufa



O senador Valdir Raupp (D), ao lado do deputado Alfredo Sirkis, apresenta relatório sobre atividades em 2014

Comissão mista quer mais apoio à agricultura verde

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) aprovou ontem o relatório das atividades de 2014. O destaque foi o potencial da agricultura como o setor que mais pode contribuir para a redução das emissões de gás carbônico no Brasil.

O relatório, de Valdir Raupp (PMDB-RO), contém quatro conclusões principais. Uma delas apresenta medidas que a comissão entende necessárias para expandir o programa do governo federal voltado para a agricultura de baixo carbono, chamado de Plano ABC: maior assistência técnica aos produtores, financiamentos facilitados, simplificação do sistema de crédito e melhor divulgação.

Segundo Raupp, deve ser tarefa da comissão a partir de 2015 seguir de perto a execução do programa.

— A agricultura é um dos setores com maior potencial de mitigação e é fundamental que a comissão acompanhe e incentive a disseminação do Plano ABC — ressaltou.

O texto aponta a necessidade

de mudanças no sistema energético, com maior estímulo a fontes renováveis e à geração de pequeno porte; e o aprimoramento do uso do solo, tanto no ambiente rural (controle do desmatamento e recuperação de áreas degradadas e de bacias hidrográficas) quanto no urbano (melhor preparação para desastres naturais, planos de contingência, infraestrutura adequada).

“Moeda do clima”

O relatório menciona a Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída em 2009. Raupp afirma que é necessário monitorar a implementação da medida, em especial a evolução da participação de diferentes setores da economia nas emissões de carbono. O senador aponta a indústria e os transportes como setores cujas emissões tendem a crescer.

O texto aprovado faz referência à ideia de criar um ativo financeiro que consolide o reconhecimento do valor socioeconômico da redução de emissões de carbono. Nessa proposta, o cumprimento de

metas de redução de emissões seria convertido numa “moeda do clima”.

— Ela seria utilizada para adquirir produtos, serviços e tecnologias certificados para reduzir emissões, gerando um círculo virtuoso no fortalecimento de uma economia de baixo carbono — explicou Raupp.

O presidente da CMMC, deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), idealizador do modelo, argumentou que a adoção dessa medida colocaria o Brasil na vanguarda da questão climática mundial. Sirkis sugeriu a criação de um imposto ambiental sobre as emissões.

— É necessário taxar o carbono. Mas é preciso que essa taxa seja compensada pela redução de outros tributos, incidentes sobre o trabalho e o investimento, que são social e ambientalmente regressivos.

Sirkis destacou a participação da delegação da CMMC, chefiada por ele próprio, na COP-20, conferência da ONU sobre mudanças climáticas que aconteceu no Peru no início do mês.

Nova Lei das Cooperativas é aprovada e segue para a Câmara

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) concluiu ontem a votação da nova Lei das Cooperativas, que, entre outras regras, torna obrigatório o registro em uma organização representativa para que a entidade possa ser reconhecida como uma cooperativa.

A votação, realizada em turno suplementar, confirmou a decisão adotada em reunião anterior da CAE pela aprovação do substitutivo da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), a dois projetos de lei do Senado que tramitam em conjunto: PLS 3/2007 e PLS 153/2007, respectivamente, do ex-sena-

dor Osmar Dias e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). As novas regras deverão revogar integralmente a Lei 5.764/1971, da ditadura militar.

O substitutivo garante a liberdade de associação das cooperativas, que poderão se filiar à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) ou à União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), a nenhuma delas ou até mesmo às duas, se assim o desejarem. Esse é um dos pontos de divergência entre os dois projetos: enquanto o de Osmar Dias incorpora o princípio da unicidade de

representação e definia a OCB e as organizações das cooperativas estaduais como representantes exclusivas do cooperativismo, a proposta de Suplicy determina a livre organização das entidades.

Tributação

Outro ponto de divergência é a definição do que é “ato cooperativo”, que o projeto de Suplicy define como “aquele praticado entre a cooperativa e seu cooperado, ou entre cooperativas associadas, na realização de trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social” da entidade.

CPI Mista da Petrobras analisa documento final nesta manhã

A CPI Mista da Petrobras decide hoje, às 10h15, o conteúdo do relatório final. A oposição tenta incluir o indiciamento de políticos, a reprovação da compra da refinaria de Pasadena e a recomendação do afastamento da diretoria da estatal.

O relatório de Marco Maia (PT-RS) destaca superfaturamento de US\$ 4,2 bilhões na Refinaria Abreu e Lima e contesta avaliação do TCU de que Pasadena deu prejuízo de US\$ 792 milhões. O texto não pede o indiciamento de suspeitos, mas recomenda a continuação das apurações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

A oposição deve apresentar uma relatório paralelo pedindo o indiciamento do de-

putado Luiz Argôlo (SD-BA), do deputado cassado Andre Vargas (sem partido-PR), do doleiro Alberto Youssef, do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa e de executivos da Toyo Setal. A oposição, no entanto, ocupa apenas 8 das 32 vagas na CPI mista.

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) apresentou voto em separado pela saída imediata da presidente da estatal, Graça Foster. Segundo Onyx, ela mentiu à CPI ao dizer que não sabia de pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela SBM Offshore.

Oposicionistas dizem que a situação ficou insustentável com as acusações de uma ex-executiva da empresa de que havia alertado a presidente de irregularidades na estatal.



Relatório de Maia (dir., à mesa) recomenda continuação das investigações

Relatório sobre obras do São Francisco será apresentado hoje

Após dois anos de trabalho, a comissão externa do Senado que acompanha os programas de transposição e revitalização do Rio São Francisco se reúne hoje, às 14h30, para apresentação do relatório final.

Durante os dois anos de funcionamento, foram realizadas várias audiências públicas. A última foi em maio, com a presença do ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira.

Em agosto de 2013, a comissão fez diligência em Monteiro (PB) e presenciou a assinatura da ordem de

serviço no valor de R\$ 700 milhões para início da meta 3 do eixo leste. No último dia 8, a comissão fiscalizou obras nos municípios paraibanos de Campina Grande e Monteiro. Estiveram presentes os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB), Humberto Costa (PT-PE) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Segundo o Ministério da Integração Nacional, 68,7% das obras estão concluídas. Nos eixos norte e leste, a transposição está 100% contratada, incluindo a primeira estação de bombeamento, que iniciou testes em outubro.

Texto, que entra em vigor parcialmente em novembro de 2015 e totalmente em 2016, visa dar mais agilidade e transparência a parcerias entre poder público e entidades

Comissão mista aprova MP da Lei das ONGs

FOI APROVADO POR unanimidade, ontem, o relatório final da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 658/2014, que flexibiliza e prorroga a entrada em vigor da Lei das ONGs (Lei 13.019/2014). Agora a MP será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Com as mudanças, a lei entrará em vigor em novembro de 2015 no âmbito federal, estadual e municipal. No entanto, para os municípios de menor porte — até 20 mil habitantes —, a lei passará a valer a partir de janeiro de 2016.

Na opinião da relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o texto aprovado tem o objetivo de reforçar a complementaridade entre o poder público e os parceiros privados, sob a perspectiva de não dificultar a realização de contratos.

Gleisi argumenta que as organizações da sociedade civil (OSCs) são parceiras estratégicas nas políticas, programas ou ações governamentais.

— Se, de um lado, o Estado ganha capilaridade, fica mais “poroso” em sua atuação, com a execução de projetos por organizações da sociedade civil, de outro, as OSCs participam da esfera pública de forma não estatal e ganham escala para amplificar o alcance de

sua atuação, sempre tendo em mente a finalidade pública. Trata-se de uma relação complementar — disse a senadora.

Entre as principais mudanças propostas na MP, constam a obrigação de dar publicidade aos termos da parceria como forma de facilitar o controle social, de consultar os conselhos setoriais de políticas públicas acerca dos termos de colaboração e de fomento nas relações público-privadas e a prestação de contas parcial restrita a períodos superiores a um ano, e não parcela a parcela, como prevê a lei.

Controle excessivo

Segundo Gleisi, essas alterações conferem maior razoabilidade para que às organizações não sejam aplicadas regras análogas às de órgãos públicos, fato que, além de prejudicar as parcerias, descaracteriza a natureza das entidades.

— Alguns problemas enfrentados na execução das parcerias foram gerados pelas analogias indevidas aplicadas nos últimos anos e pelo excessivo controle do Estado. Esse cenário pode mudar, com uma visão de ênfase em resultados e não em processos — ressaltou.

As regras de seleção dos parceiros privados também foram flexibilizadas. O texto final



Segundo a relatora Gleisi Hoffmann (E, com José Pimentel), medida valoriza mais os resultados e menos os processos

dispensa as prestadoras de atividades continuadas — áreas de assistência social, educação e saúde — do processo seletivo de chamada pública.

De acordo com a senadora, a lei já exige credenciamento prévio das entidades que atendem diretamente o público.

— Com a mudança, evitaremos o acúmulo de exigências para essas parcerias, porque atualmente os abrigos da rede privada já são cadastrados no Sistema Único de Assistência Social (Suas) e as empresas que atuam no atendimento à saúde já estão vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) — disse.

A dispensa também se aplica

à Escola de Teatro Bolshoi, em Joinville (SC), e às instituições vinculadas às Nações Unidas, cujos recursos provêm de acordos internacionais. Também inclui os casos de calamidade pública.

Um dos pontos mais polêmicos da lei — a obrigatoriedade das OSCs de indicar um dirigente que se responsabilize solidariamente pela execução das atividades da parceria — foi excluída pelo relatório.

De acordo com Gleisi, a medida contraria o direito civil, pelo qual o patrimônio das pessoas físicas é distinto do da pessoa jurídica. Dessa forma, os bens de um dirigente, por

exemplo, não podem ser liquidados para pagar as dívidas de uma instituição privada.

— A proposta também fere a isonomia em relação a outros tipos de contrato com a administração pública, para os quais não há essa previsão. A manutenção da medida pode, na prática, afastar os interessados em firmar parcerias com o Estado — acrescentou.

O texto mantém a proibição de despesas com obras de ampliação de área construída ou instalação de novas estruturas que não tenham vínculo com a parceria. No entanto, cria novas possibilidades para execução de obras.

Ana Amélia pede pressa na sanção de lei sobre benefícios do Aerus

Ana Amélia (PP-RS) pediu ao Executivo que sancione logo a lei que garante recursos para o pagamento dos aposentados do Aerus, direito já reconhecido pela Justiça. O projeto (PLN 31/2014) foi aprovado no dia 3.

A senadora contou ter recebido telefonema do aposentado Luiz Carlos Marques, que, indignado e chorando, reclamou que a nova lei ainda não entrou em vigor, enquanto a lei sobre a revisão do superávit primário, também aprovada no dia 3, já foi sancionada.

— Essas pessoas não podem passar mais um Natal sem receber esse dinheiro que lhes é devido, que lhes é de direito — afirmou.

Paulo Paim (PT-RS) explicou que o atraso na sanção da lei se deve a um erro do Congresso, que enviou a proposta ao Executivo apenas no dia 9, dias depois de ter enviado a revisão do superávit primário.

Suplicy destaca redução de brasileiros em extrema pobreza



Ao mostrar os resultados recentes do balanço sobre o Programa Brasil Sem Miséria, Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que 22 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza nos últimos dois anos do governo da presidente Dilma.

O parlamentar chamou a atenção para dados referentes à inclusão produtiva urbana: 1,5 milhão de matrículas no Pronatec e 3,6 milhões de operações de microcrédito com beneficiários do Bolsa Família. Ele ainda citou dados de inclusão na área rural.

— A inclusão rural resultou em assistência técnica, recursos financeiros e insumos para 354 mil famílias, 750 mil cisternas instaladas desde o início do Plano Brasil Sem Miséria, 1,1 milhão de cisternas nos governos Lula e Dilma e 88,1 mil cisternas de produção e outras tecnologias sociais entregues — registrou.

Paim cobra da Petrobras direitos de trabalhadores demitidos no RS

Paulo Paim (PT-RS) disse que vai exigir da Petrobras o cumprimento de acordo, feito ontem no Rio de Janeiro com comitiva gaúcha, para pagar salários atrasados e verbas rescisórias de mais de mil trabalhadores demitidos pela Iesa Óleo e Gás, empresa que prestava serviços à estatal no Polo Naval do Jacuí, em Charqueadas (RS). As demissões foram causadas pela decisão da estatal de rescindir contrato com a Iesa para montagem de módulos de plataformas, esclareceu.

O senador afirmou que a Petrobras se comprometeu a manter o polo do Jacuí e acelerar empreendimentos no Polo Naval de Rio Grande (RS), viabilizando assim dois empreendimentos fundamentais para preservar empregos no Rio Grande do Sul. Ele advertiu que a economia da região depende desses polos.

— A questão é tão séria que o prefeito de Charqueadas chegou a decretar estado de calamidade pública. Cada posto de trabalho existente no polo gera outros sete nos demais setores — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burlle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Congresso adia votação da LDO 2015 para hoje

Sessão de ontem da Câmara avançou pela madrugada e, assim, impediu exame da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Deputados e senadores, porém, agora precisam destrancar a pauta, que inclui veto

A ANÁLISE DO relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, pelo Plenário do Congresso Nacional, foi adiada para as 10h de hoje.

As deliberações no Plenário da Câmara dos Deputados, iniciadas ontem, avançaram pela madrugada, impedindo o exame da LDO com a pauta do Congresso ainda destrancada. Iniciado o dia de hoje, as votações do Congresso ficaram trancadas pelo Veto 30/2014. Agora, esse veto precisa ser analisado antes de qualquer outra proposição.

A presidente da República, Dilma Rousseff, vetou vários dispositivos do Projeto de Lei de Conversão 15/2014, decorrente da Medida Provisória (MP) 651/2014.

A proposta desonera folha de pagamento, amplia créditos fiscais e estimula a entrada de pequenas empresas na bolsa de valores, entre outros assuntos. A maioria dos itens vetados trata de desoneração. O governo argumenta que não existem cálculos de



Pauta extensa da Câmara prolongou sessão e impediu reunião do Congresso

impacto orçamentário, o que caracteriza infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000).

Psicólogos

Outro item a ser apreciado pelo Congresso Nacional é o Veto 31/2014. A presidente Dilma vetou integralmente o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 150/2009, que trata da redução de jornada dos psicólogos.

Na justificativa do veto, o

Executivo argumenta que a redução da jornada semanal proposta para 30 horas semanais impactaria no orçamento de entes públicos, principalmente os municipais, com possível prejuízo à política de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), podendo ainda elevar o custo também para o setor privado de saúde, com ônus ao usuário. Esse veto tranca a pauta do Congresso a partir do dia 20.

Luiz Marcondes - Câmara dos Deputados

Senadores podem analisar projeto sobre a guerra fiscal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para hoje, às 13h, uma sessão extraordinária em que pode ser votado o projeto que permite aos estados e ao Distrito Federal a legalização de incentivos fiscais questionados em ações no Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o PLS 130/2014, estados e DF poderão firmar convênios para o perdão dos créditos tributários decorrentes de incentivos criados em desacordo com a Constituição. Além disso, possibilita a recriação desses benefícios. Antes da votação, os líderes partidários vão discutir a proposta com o futuro ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Ainda hoje, os senadores podem votar o projeto que tipifica o feminicídio no Código Penal como uma forma qualificada de homicídio. O feminicídio, segundo o PLS 292/2013, acontece quando uma mulher é assassinada pelo fato de ser mulher. A inclusão desse tipo de conduta no Código Penal foi recomendada pela CPI Mista da Violência contra a Mulher e Renan Calheiros disse que há uma cobrança para a vo-

tação da proposta.

— Há uma exigência muito grande da sociedade com relação à tipificação deste crime. Hoje [ontem] as deputadas e senadoras reiteraram a necessidade de votação — explicou.

Os senadores também podem analisar autorizações para a tomada de empréstimos. Inácio Arruda (PCdoB-CE) advertiu que precisam ser votadas operações de crédito que beneficiam Fortaleza e São Luís.

Uma mudança na Constituição, para incluir a legislação sobre tecnologia, pesquisa e inovação entre as competências comuns da União, dos estados e dos municípios, é outra proposta que deve ser examinada nesta sessão.

A PEC 12/2014 tem o objetivo de estimular a criação de soluções tecnológicas a problemas enfrentados pelo setor produtivo. Para tanto, pode ser determinado na Constituição que recursos públicos financiarão a pesquisa e a inovação realizadas não apenas por universidades, mas também por instituições de educação profissional e tecnológica.

Câmara aprova orçamento impositivo em primeiro turno

A Câmara concluiu ontem a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 358/2013, a PEC do Orçamento Impositivo. A proposta ainda precisa ser aprovada em segundo turno, o que deve ocorrer em 2015, pois não houve acordo para dispensa do interstício de cinco dias que possibilitaria o exame da matéria na mesma sessão.

A prática do orçamento impositivo, porém, já vem sendo adotada, já que a Lei

de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina a execução das emendas parlamentares individuais ao Orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no ano anterior.

A PEC do Orçamento Impositivo determina que o governo terá de reservar 1,2% da receita corrente líquida para gastos com emendas individuais de parlamentares, que deverão ser integralmente liberadas.

Os deputados mantiveram o

texto aprovado no Senado em 2013 (PEC 22-A/2000) e rejeitaram destaque do DEM para retirar do projeto a definição do mínimo de recursos que a União deve aplicar anualmente em saúde. Os deputados também rejeitaram destaque apresentado pelo PCdoB para suprimir artigo pelo qual recursos dos royalties do petróleo direcionados à saúde poderão ser computados no percentual mínimo de 15% da receita corrente líquida que a União terá

que investir em saúde, como previsto na PEC.

Aprovada na Câmara e modificada no Senado, a PEC, do falecido senador Antonio Carlos Magalhães, voltou à análise dos deputados em novembro de 2013. Posteriormente, foi fatiada em duas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (PECs 358 e 359/2013), o que acabou inviabilizando a aprovação até o fim daquele ano.

O requerimento para des-

membrar a PEC original foi do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO). Ele aponta que o percentual previsto na PEC é menor do que o aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara em novembro de 2013. Na ocasião, o colegiado aprovou o Projeto de Lei Complementar 123/2012, que destina 15% da receita federal para a saúde pública a partir de 2014, aumentando gradativamente até chegar a 18,7% em 2018.

Malta reclama que gravação de sua fala foi cortada duas vezes no Senado



Magno Malta (PR-ES) apresentou pedido de providências ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo corte da gravação de sua fala na sessão de ontem. Ele manifestou estranheza ante o ocorrido, lembrando que também teria sofrido corte em audiência sobre a legalização da maconha.

— Espero providências, pois isso é um acinte, é um desrespeito. Quero saber as razões pelas quais a minha fala foi cortada. Advirto e reafirmo ao Brasil que vou continuar lutando pelos interesses deste país e daqueles que precisam de nós.

Malta informou que, quando presidia a sessão de ontem, fez um comentário elogiando o pronunciamento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e reafirmou a disposição de retomar o debate contra o infanticídio, defender a redução da maioridade penal e combater a legalização das drogas.

Paulo Paim chama a atenção para estatísticas de mortes no trânsito



Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) destacou dados de vários estudos recentes que mostram, segundo ele, o estado caótico da segurança do trânsito no Brasil. O senador revelou que, entre 1980 e 2011, ocorreram cerca de 980 mil mortes em acidentes de trânsito no país.

— São números que nos chocam porque não são apenas estatísticas frias e imparciais, se referem a vidas humanas. São lares e sonhos destruídos para sempre — lamentou.

Paim ressaltou que, no ano de 2011, o Brasil ocupou a quarta posição entre os países com mais mortes no trânsito, tendo mais de 43 mil vítimas.

Ele elencou cinco fatores que contribuem para o problema: treinamento inadequado dos motoristas, má qualidade das estradas e da sinalização, falta de fiscalização, impunidade e legislação deficiente.

Cassol diz sofrer perseguição por ter combatido corrupção em Rondônia



Ivo Cassol (PP-RO) fez uma retrospectiva de sua trajetória como homem público e denunciou ser vítima de perseguição política.

Ele contou que deixou as empresas da família para resgatar a credibilidade da classe política e a confiança do povo. O senador lembrou que foi eleito prefeito de

Rolim de Moura (RO) em 1996 e reeleito em 2000, foi governador de 2003 a 2010 e assumiu uma das vagas de Rondônia no Senado em 2011.

— O que me deixa feliz é que fiz inúmeros amigos e amigas. Mas, no meio da caminhada, consegui arrumar alguns inimigos.

Cassol relatou que tentou o apoio de instituições para combater irregularidades no estado, sem sucesso.

— Até hoje tenho que andar com segurança. Meu governo foi um exemplo de combate à corrupção. Foram oito anos de orgulho para o povo do meu estado.



Entre os projetos apresentados por Casildo, destaca-se o da criação de novo modelo de defesa civil

Casildo deixa Senado e pede reforma política

Novo pacto federativo e redução de carga tributária completam, segundo o senador, que encerra a carreira, o alicerce para construir o país que os brasileiros desejam

CASILDO MALDANER (PMDB-SC) se despediu ontem do Senado e da vida política, iniciada há mais de 50 anos, período em que também foi deputado estadual, deputado federal, vice-governador de estado e governador. Suplente, ele assumiu a vaga de Raimundo Colombo.

No Senado, apresentou propostas como a de criação de um novo paradigma de defesa civil para o país, voltada principalmente à prevenção de desastres naturais. Também propôs projetos em benefício dos aposentados e das pessoas com deficiência, de fomento às energias alternativas e ao fortalecimento das micros e pequenas empresas.

Casildo Maldaner defendeu a reforma política, um novo pacto federativo que fortaleça estados e municípios e a reforma tributária, com redução da carga de impostos, simplificação da forma de arrecadação e melhor distribuição dos recursos.

— São alterações essenciais que, com a reforma política, já clamada nas ruas em 2013, compõem o alicerce sobre o qual será erigida a nação que tanto ansiamos — disse o senador.

Trajectoria

Em apertados, 31 senadores homenagearam Casildo Maldaner. Luiz Henrique (PMDB-SC), comparando a longa e profícua trajetória política de Casildo à vida de uma “árvore frondosa”, lembrou o trabalho dele na luta contra a ditadura militar.

— Foi sempre uma figura máxima da política catarinense, um navegador de sonhos, do sonho pela redemocratização do país, enfrentando a ditadura, combatendo pelas eleições diretas e pela Constituinte.

Paulo Bauer (PSDB-SC) lembrou a atuação de Casildo como governador de Santa Catarina.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Cyro Miranda (PSDB-GO) parabeniza-

ram o senador do PMDB pela vida pública exemplar, destacando o estilo conciliador e simples.

— Uma pessoa democrática, conciliadora, amiga. O senhor vai fazer falta sempre nesta Casa — disse Cyro, que também se despediu ontem do Senado.

No mesmo sentido, Paulo Paim (PT-RS) elogiou o senador catarinense pela simplicidade, lembrando contribuições para a discussão de temas importantes no Senado, como inclusão de pessoas com deficiência, aposentados e discriminação racial.

Para Pedro Taques (PDT-MT), que deve se despedir hoje do Senado, Casildo “honra a República”.

José Agripino (DEM-RN) elogiou a postura do catarinense:

— O senhor é homem de partido, mas, acima de tudo, é homem comprometido com a sua consciência e com o interesse público do povo do Brasil e do povo de Santa Catarina.



Presidente da Comissão de Educação, Cyro Miranda recebeu elogios de colegas pela atuação na Casa

Cyro se despede e cobra equilíbrio do governo

Senador, suplente de Marconi Perillo, deixa o Senado após quatro anos. Ele criticou o Planalto por medidas provisórias e pediu que políticos ouçam demandas do povo

NO PRONUNCIAMENTO EM que despediu-se da Casa, Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou a imposição da vontade do Executivo sobre o Congresso e cobrou uma relação mais equilibrada da parte do governo. Ele avaliou negativamente a edição de medidas provisórias, que considera “esdrúxulas e repletas de penduricalhos”.

O senador também citou a lei que mudou o cálculo do superávit primário como exemplo de norma que não levou em conta os interesses da nação. Para ele, os senadores têm que ouvir a demanda do povo, que exige uma nova postura dos políticos.

— Não há como aceitar, por exemplo, a aprovação de uma verdadeira manobra para permitir que o governo literalmente burle a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando o Senado e o Congresso se prestam a esse papel, abrem mão da legitimidade e da independência que lhes foram conferidas nas

urnas — afirmou.

Cyro também chamou os parlamentares a lutar contra a corrupção e manifestou o constrangimento diante do que chamou de “teatro” para reduzir a importância das CPIs sobre a Petrobras.

Homenagens

Cyro recebeu apertados de 42 senadores, durante mais de duas horas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, também prestou homenagem ao parlamentar.

— As nossas homenagens ao senador Cyro Miranda, um retrato da melhor convivência que alguém poderia ter nesta Casa com os seus pares. Sua convivência proporcionou a todos nós um grande aprendizado — declarou Renan.

Em nome do PSDB, Aécio Neves (MG) disse que o partido continuará contando com Cyro para oferecer aos brasileiros um projeto que conjugue ética e eficiência. Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Wilder Moraes (DEM-GO)

destacaram a atuação do senador no desenvolvimento da indústria de Goiás.

Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que o senador do PSDB soube fazer oposição com classe, discutindo os temas com lucidez e respeito. Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Cyro é um “grande democrata”. Jorge Viana (PT-AC) elogiou o “bom combate” e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a “oposição construtiva”.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Eduardo Braga (PMDB-AM), Armando Monteiro (PTB-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltaram o papel do presidente da CE na aprovação do Plano Nacional de Educação.

José Sarney (PMDB-AP) elogiou o espírito público de Cyro. Na avaliação de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o senador deixa um legado na Casa, após quatro anos de mandato.

Senadoras denunciam Jair Bolsonaro por quebra de decoro

Ana Rita (PT-ES) entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, requerimento aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) pedindo que a Mesa da Casa encaminhe à Câmara representação contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) por quebra de decoro parlamentar. A entrega foi feita em Plenário ao lado de outras seis senadoras.

No dia 9, o deputado, falando da tribuna da Câmara, disse à colega Maria do Rosário (PT-RS) que não a estupraria “porque ela não merece”. Maria do Rosário, ex-ministra-chefe da Secretaria de Direitos Hu-

manos da Presidência, havia acabado de discursar sobre o relatório da Comissão da Verdade, quando classificou a ditadura de “vergonha absoluta”.

— Nós não podemos conviver com o que o deputado Jair Bolsonaro fez na Câmara dos Deputados e reiteradamente em outras ocasiões em que também teve postura semelhante. Não podemos aceitar esse tipo de comportamento por parte de um parlamentar federal — explicou Ana Rita, pedindo urgência para o requerimento.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara já



Lídice, Lúcia Vânia, Vanessa, Ângela, Gleisi e Marta apoiam Ana Rita (ao microfone)

instaurou processo por quebra de decoro contra o deputado.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também defendeu a punição ao deputado federal.

— Não foi um ato contra uma

deputada, foi um ato contra todas as mulheres. Incita a violência, o ódio, o preconceito. É uma conduta que é vedada pela Constituição e definida como crime na lei.

Vanessa celebrou que uma representação contra Bolsonaro, feita pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), do qual ela é integrante, foi aceita pela subprocuradora-geral da República, Ela Wiecko, que a transformou em denúncia no Supremo Tribunal Federal (STF).

Lídice da Mata (PSB-BA), que também é membro do CNDH, chamou a atenção para as palavras de Bolsonaro.

— O deputado expressa um machismo profundo e a ideia de que uma mulher que é desejável pode ser premiada com estupro — alertou.